



EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES E CUSTOS AMBIENTAIS: UM ESTUDO EM EMPRESAS PARTICIPANTES DA CARTEIRA DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE) E DO PROGRAMA EM BOA COMPANHIA DA BOVESPA

Alexandre Costa Quintana ¹

Alex Sandro Rodrigues Martins ²

Flávia Verônica Silva Jacques ³

Paula Roberta Pereira Costa Valle ¹²

RESUMO

Neste processo de desenvolvimento empresarial e cuidado com as questões ambientais, a contabilidade pode contribuir com a entidade como fonte de informação, pois coleta, registra, mensura e analisa todas as informações sobre a relação da empresa com a sociedade, quanto aos aspectos econômicos, sociais e ecológicos. O panorama apresentado em decorrência dessas transformações sociais e culturais impulsiona os profissionais da área contábil a trabalharem de forma mais participativa nos assuntos relacionados com as questões ambientais e sociais na execução dos seus serviços contábeis. Neste sentido, o objetivo geral desse trabalho é analisar se as empresas participantes da Carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Programa em Boa Companhia da Bovespa de 2011, utilizam-se dos demonstrativos fornecidos pela contabilidade para evidenciar informações e custos ambientais, no período de 2003 a 2011. Em termos metodológicos é um estudo descritivo, documental, com dados obtidos por levantamento. Nota-se por este estudo que os demonstrativos contábeis, de modo geral, não evidenciam de forma clara aspectos relacionados aos custos ambientais, o que promove uma lacuna a ser preenchida, principalmente pelos relatórios de Sustentabilidade elaborados pelas companhias. Os profissionais da Contabilidade, bem como as normas reguladoras, precisam procurar alternativas para evidenciar e mensurar os custos ambientais nos demonstrativos contábeis existentes, dessa maneira contribuindo ainda mais para a transparência empresarial frente aos seus usuários.

Palavras-chave: Custos ambientais. Responsabilidade social. Índice de sustentabilidade empresarial. Programa em Boa Companhia.

¹ Doutorando em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: quintana@vetorial.net

² Universidade Federal do Rio Grande – FURG. E –mail: colorado.gaucho2006@hotmail.com

³ E-mail: fvjacques@yahoo.com.br

¹² E-mail: paula_costavalle@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Em decorrência do processo de globalização dos mercados, as empresas encontram-se cercadas por várias exigências, sejam estas legais ou morais, dentre as quais estão aquelas relacionadas com a sustentabilidade do planeta. A sociedade exige constantemente das empresas ações que contribuam com a preservação do meio onde estão inseridas, o que impulsiona estas organizações na busca de alternativas que atendam as necessidades dos seus usuários e ainda a mantenham no mercado de forma competitiva e sustentável.

Neste processo de desenvolvimento empresarial e cuidado com as questões ambientais, a contabilidade pode contribuir com a entidade como fonte de informação, pois coleta, registra, mensura e analisa todas as informações sobre a relação da empresa com a sociedade, quanto aos aspectos econômicos, sociais e ecológicos.

O panorama apresentado em decorrência dessas transformações sociais e culturais impulsiona os profissionais da área contábil a trabalharem de forma mais participativa nos assuntos relacionados com as questões ambientais e sociais na execução dos seus serviços contábeis. Deste modo, a Ciência Contábil como partícipe dessa evolução procura, por intermédio de seus demonstrativos contábeis, prestar a sua contribuição em prol do desenvolvimento sustentável (FURAZO, 2007).

A participação da Ciência Contábil nas questões ambientais vem crescendo na sociedade moderna, dessa maneira, procura ajudar as organizações a implementar em sua gestão empresarial a consciência social e ambiental em busca do desenvolvimento sustentável do planeta (KRAEMER, 2001).

A gestão dos custos ambientais também é importante nesse processo. A mensuração e evidenciação dos custos ambientais pode representar um ponto estratégico para as organizações obterem êxito em seus resultados, tanto financeiros, sociais e ambientais frente aos seus usuários. Nesse aspecto, as empresas que adotarem essa postura de valorização da gestão dos custos ambientais, além da redução de custos, beneficiam-se com uma diminuição no seu Passivo Ambiental (ROSSATO, TRINDADE e BRONDANI, 2006).

Alguns estudos desenvolvidos nesta área afirmam a importância da mensuração das questões sociais e ambientais na política organizacional das empresas visando o desenvolvimento sustentável:

Swiatkiwicz (2009) trabalhou com uma abordagem prática sobre os critérios de eficiência e eficácia da inclusão da ética e da Responsabilidade Social na estratégia empresarial. Almeida e Sobral (2007), em seu trabalho avaliaram a atitude dos dirigentes empresariais perante a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e sua influência nos valores culturais. Bassetto (2010) realizou um estudo de caso na empresa COPEL localizada no estado do Paraná com o objetivo de evidenciar como essa empresa está inserindo práticas de Responsabilidade Social e Sustentabilidade em suas ações operacionais.

Silva et al (2010), em seu estudo procurou identificar as informações relacionadas aos custos ambientais mais evidenciados nos relatórios de administração e notas explicativas das empresas que compõe o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Zilber, Caruzzo e Campanário (2011), em seu artigo tiveram por objetivo investigar se a Gestão Ambiental e a Contabilidade Ambiental estão presentes nas atividades das empresas, e quais os resultados econômico-financeiros gerados, procurando identificar as informações apresentadas nas demonstrações ambientais publicadas numa amostra não probabilística de empresas.

Na presente pesquisa, a contabilidade torna-se objeto de estudo, pois oferece as condições necessárias, em seus demonstrativos e com seus profissionais, de ajudar no processo de Prestação de Contas das Organizações sobre questões sociais e ambientais.

Neste sentido, o objetivo geral desse trabalho é analisar se as empresas participantes da Carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Programa em Boa Companhia da Bovespa de 2011, utilizam-se dos demonstrativos fornecidos pela contabilidade para evidenciar informações e custos ambientais, no período de 2003 a 2011.

Os objetivos específicos têm a finalidade de proporcionar dados suficientes para esclarecer as devidas argumentações propostas, e são os seguintes:

- Verificar quantas empresas e quais segmentos participam da Carteira do ISE e do Programa em Boa Companhia da Bovespa de 2011;
- Verificar quantas empresas liberaram as respostas do questionário aplicado pela Bovespa, para participar da Carteira ISE ao público externo.

- Analisar quantas organizações da Carteira ISE e do Programa em Boa Companhia da Bovespa de 2011 utilizam os Relatórios Socioambientais (GRI, Relatório Integrado, Balanço Social Modelo IBASE e NBC T 15).

- Verificar se as Empresas participantes desses Programas se utilizam dos Relatórios Socioambientais para evidenciar informações sobre os seus Custos Ambientais.

A análise dos resultados possibilita conhecer como as empresas, estão tratando os assuntos relacionados com os aspectos ambientais e sociais com o auxílio dos Demonstrativos Contábeis. Essa pesquisa poderá gerar novas informações que podem auxiliar os futuros estudos nessa área, que pretendam avaliar o comportamento das empresas, e sua preocupação com a responsabilidade social.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nessa Secção apresentam-se conceitos sobre Responsabilidade Social, Relatórios Socioambientais Custos Ambientais, Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e Programa em Boa Companhia para que se tenha um maior conhecimento das variáveis envolvidas nessa pesquisa.

2.1 Responsabilidade Social

O crescente nível de informação que a sociedade vem absorvendo, a conscientização sobre o correto uso dos recursos naturais, segundo Carvalho et al. (2011), resultam em mudanças no comportamento organizacional. Diante disso, percebe-se que as exigências impostas às organizações são crescentes, o que, entre outros fatores, impulsiona a adoção de novas condutas empresariais no sentido de atender às demandas por responsabilidade social. A Responsabilidade Social (RS) empresarial configura-se como uma forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da organização com seus usuários e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

A Responsabilidade Social é definida por Ashley (2002), como sendo o compromisso que uma empresa deve ter para com seus usuários diretos e indiretos,

expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo pro ativamente e coerentemente no que pulsa o seu papel específico e a sua prestação de contas para seus stakeholders (usuários).

Diante desse novo panorama, emerge a necessidade de que as organizações desenvolvam práticas gerenciais de RS, as quais segundo Carvalho et al. (2011), possam atender aos interesses das diferentes partes envolvidas nessas relações de mercado, incorporando essas práticas ao planejamento estratégico da empresa.

Uma forma de alcançar esse objetivo é por intermédio do *Triple Bottom Line* (TBL), de acordo com Mitchell, Curtis e Davidson (2012), é uma forma objetiva e cada vez mais difundida entre as organizações para organizar pensamentos e ações sobre a responsabilidade social.

O *Triple Bottom Line* (TBL), “Tripé da Sustentabilidade” de acordo com Lages, Lages e França (2010), foi desenvolvido pelo britânico John Elkington em 1994, para esclarecer o conceito de sustentabilidade, esse modelo trabalha com a ideia de interconexão entre o ambiente, sociedade e economias.

O termo sustentabilidade de acordo com Alvarenga (2012) foi criado pela ex-primeira ministra da Noruega Gro Harlem Bruntland, quando a mesma liderou a comissão que apresentou, em 1987, o relatório “O Nosso Futuro Comum”, que construiu o conceito de desenvolvimento sustentável nas relações entre o ser humano e o meio ambiente na busca da preservação ambiental, definido como a consciência das gerações presentes no consumo de forma ordenada dos recursos naturais sem comprometer a existência dos mesmos para gerações futuras.

A sustentabilidade em alguns casos, segundo Almighty (2012), é confundida como sendo as preocupações apenas com as situações relacionadas com o ecológico e preservação ambiental, mas na realidade ela é o equilíbrio entre ganhos financeiros e os impactos sociais e ambientais.

De acordo com Fenker, Diehl e Alves (2011), o TBL busca o equilíbrio entre o econômico, o social e o ambiental e com isso passa a ser uma fonte para as organizações buscarem a sustentabilidade empresarial e a Responsabilidade Social. Por isso, uma estratégia ambiental é muito relevante para ajudar no processo de desenvolvimento sustentável do planeta.

O TBL engloba o planejamento econômico, social e ambiental das empresas. Para Elkington (1998), o *Triple Bottom Line* é um conjunto de procedimentos que as

organizações devem colocar em prática para amenizar os impactos resultantes da sua atividade ao meio onde elas estão inseridas, seja pela visão social como ambiental. O "*Triple Bottom Line*", de acordo com Entropialive (2012), é onde a empresa deve buscar o equilíbrio nos desempenhos econômico, social e ambiental em longo prazo para ajudar na sustentabilidade do planeta.

Para Ribeiro e Souza (2011) a Responsabilidade Social tende a se tornar um paradigma de orientação futura nas decisões de investimentos econômicos e sociais, fato que deverá ocorrer com maior rapidez e propriedade, nos países desenvolvidos. Os autores argumentam que esse fato é em decorrência dos seguintes pressupostos:

- a) há mais pesquisas confiáveis no tema;
- b) as organizações que tem apostado na ética tem alcançado resultados sólidos e vem conquistando investidores dispostos a sacrificar ganhos por princípios que visão a Responsabilidade Social.

Para evidenciação da Responsabilidade Social Empresarial as organizações estão à procura de meios para Prestar Contas das suas ações, e uma forma encontrada está nos Relatórios Socioambientais.

2.2 Relatórios Socioambientais

Os Relatórios Socioambientais estão sendo utilizados pelas empresas para prestar contas de suas ações voltadas para a preservação do planeta.

As empresas estão utilizando dos seguintes relatórios, para demonstrar a sua preocupação pelas questões relacionadas com a sustentabilidade são eles:

- a) Balanço Social (Modelo IBASE);
- b) Relatórios elaborados pela *Global Reporting Initiative* (GRI);
- c) NBCT 15 (Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental)
- d) Relatório Integrado (ainda está em fase "Piloto").

A síntese dos Relatórios Socioambientais, elencados será disposta a seguir:

2.2.1 Balanço Social (Modelo IBASE)

O demonstrativo Socioambiental utilizado em passado recente no Brasil foi o Balanço Social modelo IBASE, esse documento foi criado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), a finalidade do BS é demonstrar a sociedade em geral a necessidade da criação de um documento que contenha não apenas informações financeiras, mas ações que envolvem-se o social e ambiental da empresa (TORRES, 2012).

O modelo de Balanço Social desenvolvido pelo IBASE, segundo Arnosti (2000) deverá conter as seguintes informações :

a) Base de Calculo: Nesse item serão apresentados informações sobre a Receita Líquida, Lucro Operacional e Folha de Pagamento Bruta;

b) Indicadores Laborais: Os dados indicados nesse item estão relacionados com os investimentos da organização nas seguintes áreas: alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada, saúde, educação, creche/auxílio creche, participação nos lucros ou resultados e outros benefícios contidos em acordos coletivos da categoria;

c) Indicadores Sociais: estes indicadores estão ligados com tributos incidentes sobre a atividade operacional das empresas, contribuições para a sociedade seja na forma de educação, cultura, saúde, saneamento, habitação, esportes, lazer, creches, alimentação e investimento em meio ambiente.

Conforme descrito por Arnosti (2000), os dados necessários para elaboração do Balanço Social, modelo IBASE, podem ser extraídos na sua totalidade da Contabilidade.

A Divulgação Balanço Social é uma forma das empresas evidenciarem a sua Responsabilidade Social e dessa forma gerar subsídios para futuros estudos e auxiliar no Desenvolvimento Sustentável do planeta (FERNANDES, 2010).

2.2.2 Global Reporting Initiative (GRI)

No entanto os Relatórios de Sustentabilidade mais conhecidos mundialmente são os criados pela *Global Reporting Initiative*, segundo Gasparino (2006), as premissas abordadas nos relatórios da GRI estão relacionadas com a filosofia do

Triple Botton Line, ou seja, ressaltam a preservação dos aspectos sociais e ambientais auxiliando dessa forma no processo de sustentabilidade do planeta.

A *Global Reporting Initiative* (GRI), surgiu da união entre a organização não governamental CERES (*Coalition For Envoronmentally Responsible Economies*), que tem o objetivo de fomentar a criação de economias ambientalmente responsáveis e o PNUMA- Programa de Nações Unidas para o Meio Ambiente , essas duas organizações tem o objetivo de auxiliar no processo de criação e melhoria dos Relatórios de Sustentabilidade (GRI, 2012).

O GRI segundo Fonseca et al (2012), elenca os princípios e diretrizes a serem respeitados na elaboração desse relatórios e são eles: transparência; comparabilidade (entre Relatórios da Própria CIA e de outros); a auditabilidade; a precisão; a integridade de informações; ter uma política de inserção no contexto da Sustentabilidade Ecológica e Social.

2.2.3 Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), criou a NBC T 15, que trata das informações de natureza social e ambiental, essa norma tem a função de estabelecer métodos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental com o intuito de auxiliar as empresas no processo de prestação de contas junto a sociedade.

Assim a NBC T 15 incentiva a utilização da demonstração de informações de natureza social e ambiental para evidenciar os aspectos sociais e ambientais envolvidos no processo operacional ou não-operacional da organização.

A NBC T 15 trata informações de Natureza Social e Ambiental como sendo:

- a) A geração e a distribuição de riqueza;
- b) Os recursos humanos;
- c) A interação da entidade com o ambiente externo;
- d) A interação com o meio ambiente.

2.2.4 Relatório Integrado

Em setembro de 2011, o *International Integrated Reporting Committee* (Comitê Internacional para Relatórios Integrados, o IIRC na sigla em inglês), foi

idealizado um Relatório Integrado para ser aceito globalmente que tenha no seu conteúdo informações financeiras, sociais e ambientais e de governança corporativa de forma clara concisa coerente e comparável (IIRC, 2012).

De acordo com IIRC (2012), o IIC pretende implementar o projeto em meados de 2013 e depois da adaptação que essa transição é necessário, espera-se que em janeiro de 2014, o Relatório Integrado esteja implementado completamente no campo empresarial a nível mundial.

O Relatório Integrado atualmente é utilizado por 80 empresas como um programa Piloto denominado *“Piloto IIRC Business Network”* tendo a Microsoft e Unilever como as principais organizações a participarem dessa nova fase dos Relatórios Socioambientais com o objetivo de criar um documento universal que possa ser lido em qualquer parte do mundo e com isso possibilitando possíveis comparações, ajustes e novas idéias no processo produtivo e estratégico das empresas (IIRC, 2012).

As organizações brasileiras também estão fazendo parte desse novo desafio de evidenciação das questões sociais e ambientais em um relatório único. A Figura 1 apresenta a relação de empresas nacionais envolvidas no programa no ano de 2012.

Empresas	País	Ramo de Atividade
AES Brasil	Brasil	Utilitários
BNDES	Brasil	Bancos
Natura	Brasil	Bens pessoais
Via Gutenberg	Brasil	Serviços de apoio

Figura 1: Empresas brasileiras participantes do Programa Piloto do Relatório Integrado

Fonte: IIRC, 2012

Para fortalecimento da idéia de criação e implementação do Relatório Integrado, o IIRC participou da Rio+20 para conseguir fomentar esse pensamento nos empresários e para a sociedade em geral, para que haja uma cobrança na

geração de um Relatório que não seja apenas para o cumprimento de existências ou para obtenção de relatório, mas que seja útil e proporcione frutos para ajudar na preservação do meio ambiente, e dessa forma ajudando no desenvolvimento sustentável (DRUCKMAN, 2012).

As empresas com isso estão procurando formas de evidenciar a sua Responsabilidade Social, e outro fator a ser observado são os custos ambientais, que será o destaque do próximo ponto a ser estudado.

2.3 Custos Ambientais

Com a evolução da legislação ambiental e as exigências do mercado, as empresas concentram uma maior atenção aos fatores ambientais. Dessa forma, os custos ambientais ganham um papel importante nesse processo de controle e preservação ao meio ambiente (ROSSATO, TRINDADE e BRONDANI, 2006).

A pressão social e a competitividade do mercado nos últimos anos tem gerado discussões sobre o tema Custos Ambientais, o qual não pode ser mais ignorado no processo de tomada de decisão das empresas. Contudo, a contabilidade com seus demonstrativos não têm evidenciado de forma transparente e adequada, os custos relacionados com o meio ambiente (DURÁN e PUGLIA, 2007).

Os Custos Ambientais são definidos por Faroni et al (2010), como sendo os gastos em aplicação direta na gestão ambiental do processo produtivo e nas atividades ecológicas da organização.

A finalidade dos custos ambientais é auxiliar no gerenciamento de métodos destinados a proteger e preservar o meio ambiente (RIBEIRO et al, 2010). O custo ambiental está ligado com as atividades das empresas, entretanto para se obter um maior entendimento e conhecimento desses custos é necessário um estudo analítico de toda a atividade da empresa e seus reflexos na sociedade envolvida (ROSSATO, TRINDADE e BRONDNI, 2006).

A mensuração dos custos ambientais está intrinsecamente relacionada com o sucesso da gestão ambiental das empresas. Entretanto, a identificação desses custos tem se defrontado com as limitações das demonstrações contábeis tradicionais, onde a maioria desses custos é considerado como sendo custos

indiretos de fabricação e/ou custos fixos dificultando, com isso, sua evidenciação e apropriação de modo claro e transparente no processo de produção (DURÁN e PUGLIA, 2007).

A determinação dos custos ambientais pode ser realizada por intermédio da contabilidade de custos, segundo Durán e Puglia (2007), utilizando-se do Método de custeio baseado em Atividades ABC (*Activity Based Costing*), o qual tem condições de definir os custos ambientais a partir da mensuração dos recursos consumidos pelas atividades de controle, preservação e recuperação ambiental.

Para um melhor entendimento desse método de custeio, Padoveze conceitua-o da seguinte forma:

É um método de custeamento que identifica um conjunto de custos para cada evento ou transformação (atividade) na organização que age como um direcionador de custos. Os custos indiretos são então alocados aos produtos e serviços na base do número desses eventos ou transações que o produto ou serviço tem gerado ou consome como recurso. O custeamento por atividades também é denominado de Custeio Baseado em Transações. (PADOVEZE, 2000; p. 262).

A geração dos custos ambientais não está restrita a uma área da empresa, além do mais existe a dificuldade em associa-la ao processo produtivo. Por isso, o sistema de custeio ABC é a melhor forma de identificá-lo (SILVA, 2003).

Os motivos para utilização do ABC na mensuração dos custos ambientais são descritos por Silva (2003);

- a) Trabalha principalmente com os custos indiretos, os quais representam uma parcela considerável quando se trata de custos ambientais;
- b) A estrutura do ABC é baseada no mapeamento de processo, o qual facilita a identificação dos custos ambientais.

Nessa mesma linha de pensamento sobre a utilização do Sistema ABC para mensurar os custos ambientais, estão os autores Robles Junior (2003) e Hansen e Mowen (2001), os quais em seus trabalhos ressaltam a utilização desse método de custeio no rastreamento dessas variáveis, e por consequência os resultados alcançados podem ajudar no processo de tomada de decisões.

A seguir será apresentada uma breve explanação sobre duas iniciativas criadas pela Bovespa para empresas que negociam suas ações nessa casa evidenciarem a sua Responsabilidade Social são elas: o Índice de Sustentabilidade

Empresarial (ISE) e o Programa em Boa Companhia da Bovespa, para que seja possível ter um conhecimento dessa nova ferramenta criada para incentivar a Responsabilidade Social das Organizações.

2.4 Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)/Programa Em Boa Companhia

2.4.1 Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)

O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) foi idealizado com a intenção de gerar um ambiente de investimento para empresas que valorizem as questões ambientais, com o propósito de suprir as necessidades criadas pelo desenvolvimento da sociedade moderna e estimular a Responsabilidade Social das organizações (BOVESPA, 2012).

O ISE tem a função de mensurar de forma comparativa o desempenho das empresas listadas nessa carteira na Bovespa, sob a dinâmica da sustentabilidade corporativa baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa. A missão desse índice é incentivar as empresas a adotarem as melhores formas de sustentabilidade empresarial e apoiar os investidores na tomada de decisão de investimentos socialmente responsáveis, este índice deve ser composto por organizações que estejam focadas em direcionar as suas políticas empresariais não apenas para os ganhos, mas também para responsabilidade social, com sustentabilidade em longo prazo.

As organizações que almejam participar da carteira ISE, devem seguir os seguintes critérios cumulativamente:

- a) Ser uma das 200 ações com maior índice de negociabilidade apurados nos doze meses anteriores ao começo do processo de reavaliação;
- b) Ter sido negociada em pelo menos 50% dos pregões ocorridos nos doze meses anteriores ao início do processo de reavaliação;
- c) Atender aos critérios de sustentabilidade referendados pelo conselho do ISE.

Os critérios descritos na letra C são mensurados por intermédio de um questionário desenvolvido pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação

Getulio Vargas (CES – FGV), o qual basea-se em parte no conceito do *Triple Bottom Line*.

2.4.2 Programa em Boa Companhia

O Programa Em Boa Companhia foi idealizado pela Bovespa com intuito de fomentar e ajudar as organizações listadas na Bovespa a desenvolverem projetos de Sustentabilidade e evidenciar essas ações pelo site da Bovespa.

Esse programa trabalha com os seguintes projetos relacionados com as áreas sociais e ambientais frente a sociedade:

- a) Ambiental;
- b) Capacitação Profissional;
- c) Cidadania;
- d) Comunidade;
- e) Cultura;
- f) Educação;
- g) Esporte;
- h) Saúde;
- i) Mudanças Climáticas;
- j) Outras.

Dessa forma, torna-se mais uma ferramenta a ser utilizadas pelas Companhias abertas prestarem contas aos seus *stakeholders* sobre as suas políticas que versam sobre o lado socioambiental.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho constitui-se como uma pesquisa descritiva, pois segundo Silva (2006), está fundamentada em descrever as características de uma população ou fenômeno, estabelecendo relações entre variáveis, assim esse estudo possibilitou analisar as Demonstrações Contábeis das empresas participantes da Carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Programa Em Boa Companhia da Bovespa de 2011, e assim verificar se as organizações utilizam-se dos demonstrativos fornecidos pela Ciência Contábil, para evidenciar informações e custos ambientais do período de 2003 a 2011.

Os procedimentos utilizados nesse estudo serviram para responder as questões levantadas na introdução e foram baseadas em pesquisa documental, que

de acordo com Gil (2002), é aquela que se vale de materiais que não receberam um tratamento analítico, ou podem ser trabalhados conforme a intenção do trabalho, sendo assim torna-se importante esse tipo de pesquisa para se obter o conhecimento pretendido sobre as demonstrações contábeis da empresa estudada.

A Pesquisa quantitativa foi utilizada para conduzir à abordagem do estudo, segundo Beuren (2006), a mesma tem como objetivo quantificar tudo, com o intuito de traduzir em números opiniões e dados para classificá-los e analisá-los.

A coleta de dados foi baseada na técnica da pesquisa-levantamento, de acordo com Silva (2006), as informações são extraídas de uma amostra clara e direta para que seja possível conhecer o comportamento, das empresas participantes da Carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Programa em Boa Companhia da Bovespa de 2011 em relação aos Custos Ambientais.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

A amostra selecionada para presente pesquisa abrange as empresas participantes da Carteira de 2011 do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Programa Em Boa Companhia da Bovespa de 2011.

As organizações participantes da Carteira ISE totalizaram 38 empresas de 17 segmentos empresariais diferentes as quais tem sedes em 8 Estados brasileiros.

Já as empresas participantes do Programa Em Boa Companhia da Bovespa de 2011 somam 50 empresas de 30 ramos de atividades diversificados as quais tem sedes em 8 estados brasileiros.

Cabe ressaltar que das 38 empresas participantes da Carteira ISE, 20 delas também participam do Programa Em Boa Companhia, deixando a amostra com 68 empresas diferentes entre os dois programas da Bovespa com a Intenção de divulgar as suas ações voltadas para Sustentabilidade Empresarial.

As informações apresentadas a seguir foram coletadas das Demonstrações Contábeis disponibilizadas no site das empresas participantes da Carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Programa Em Boa Companhia da Bovespa de 2011, do período 2003 a 2011.

O estudo realizado para identificar a evidenciação de informações e custos ambientais nas Demonstrações Contábeis da amostra selecionada trabalhou com os

demonstrativos obrigatórios para Sociedades Anônimas conforme artigo 176 da Lei nº 6.404/76, e são as seguintes:

1. Balanço Patrimonial - BP
2. Demonstração de Resultado do Exercício - DRE
3. Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados - DLPA
4. Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos – DOAR.
Nota: A partir de 01.01.2008, a DOAR deixou de ser obrigatória, por força da Lei nº 11.638/2007, sendo obrigatória para apresentação das demonstrações contábeis encerradas até 31.12.2007.
5. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL
6. Demonstração dos Fluxos de Caixa (para exercícios encerrados a partir de 01.01.2008);
7. Demonstração do Valor Adicionado - DVA (para exercícios encerrados a partir de 01.01.2008) e
8. Notas Explicativas - NE.

A Demonstração do Resultado Abrangente (DRA), também foi analisada para verificar a existência ou não de informações relativas a evidenciação e mensuração dos custos ambientais na sua apresentação ao seus stakeholders.

A DRA tornou-se obrigatória para Sociedades Anônimas por intermédio da Resolução do CFC n. 1.185/09 e do Pronunciamento Técnico CPC 26, mesmo não sendo prevista na Lei 6.404/76.

Lunelli (2012) define que o resultado abrangente é a transformação ocorrida no Patrimônio Líquido dentro de um período resultante de operações não relacionadas com sócios na sua qualidade do proprietário.

As Figuras 2 e 3 apresentam a relação de empresas participantes, respectivamente, da Carteira ISE e do Programa em Boa Companhia da Bovespa.

AES Tietê	CPFL Energia	Light S/A
Anhanguera	Duratex	Natura
Bicbanco	Ecorodovias	Redecard
Bradesco	Eletrobrás	Sabesp
Banco do Brasil	Eletropaulo	Santander

Braskem	Embraer	Sulamérica
BRF Brasil Foods	Energias do Brasil	Suzano e Papel
CCR	Even	Telemar
Cemig	Fibria	Tim Part S/A
Cesp	Gerdau	Tractebel
Coelce	Gerdau Met	Ultrapar
Copasa	Itausa	Vale
Copel	Itauunibanco	

Figura 2: Lista das Empresas pertencentes à Carteira ISE 2011

Fonte: Do autor

A análise dos demonstrativos contábeis das empresas presentes a Figura 2, indicam que nenhuma das 38 empresas estudadas, se utiliza das Demonstrações Contábeis para evidenciar ou mensurar os custos ambientais.

A não utilização das ferramentas contábeis para discorrer sobre esse assunto pode ser em consequência da falta de demonstrativos que possibilitem a inserção desse tipo de informação, mas a ausência de dados sobre informações ambientais nos demonstrativos não evidencia a inexistência de políticas voltadas para o meio ambiente. De acordo com Kraemer (2001), a mensuração dos custos ambientais é uma tarefa complexa por envolver componentes de difícil identificação. Na verdade os custos ambientais evidenciados estão relacionados com fatos externos, ocasionados pelos impactos decorrentes da utilização inadequada dos produtos e serviços proporcionados e prestados pelas empresas em relação ao meio ambiente.

Em relação às empresas participantes do Programa Em Boa Companhia nenhuma das 50 organizações pesquisadas no período de 2003 a 2011, evidenciaram informações relativas aos custos ambientais nos demonstrativos contábeis exigido pela Lei 6.404/76.

Um dos critérios para participar da Carteira do ISE é responder o questionário elaborado pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (CES – FGV), o qual baseia-se, em parte, no conceito do *Triple Bottom Line*, e tem a finalidade de mensurar a sustentabilidade das organizações. Observa-se que apenas 21,05% das empresas selecionadas permitiram a divulgação dessas informações e são elas: *Aes Tietê, Bicbanco, Banco do Brasil, CCR, Coelce, Eletropaulo, Energias Brasil e Natura*. De um universo de 38 empresas participantes

da Carteira do ISE de 2011, apenas 8 companhias liberam essas informações ao mercado.

O Gráfico 1 apresenta os segmentos empresariais que fazem parte do ISE de 2011:

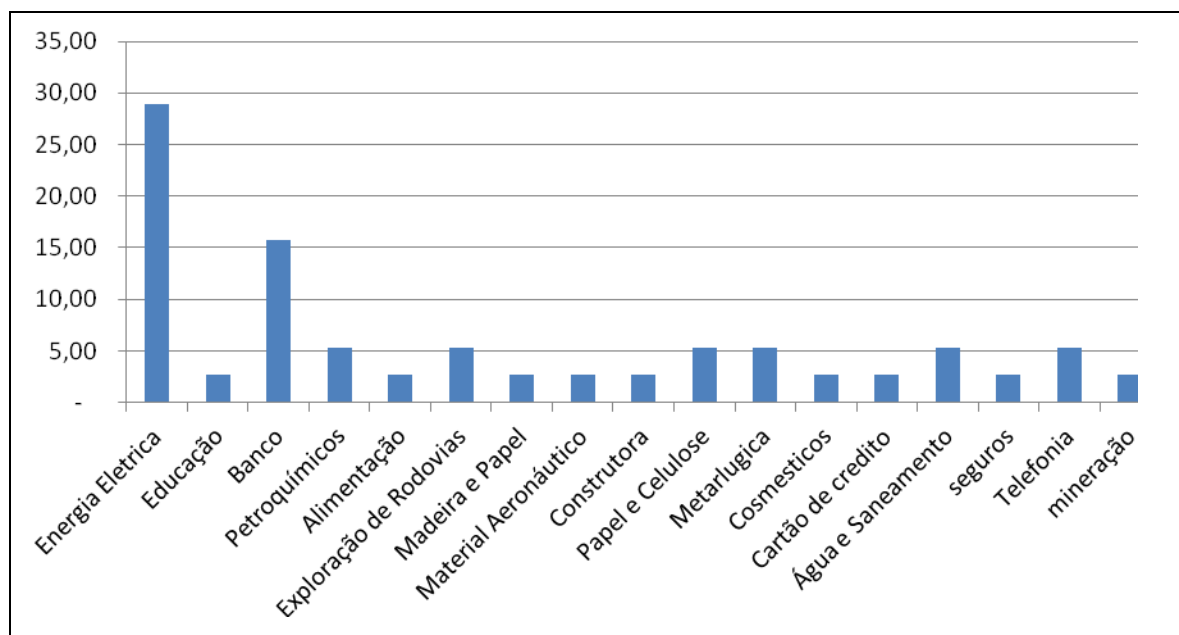


Gráfico 1: Segmentos participantes da Carteira ISE 2011

Fonte: Do autor

As atividades participantes da Carteira ISE 2011 totalizam 17 segmentos diferentes, evidenciando uma diversidade razoável. O segmento de Energia Elétrica é o mais representativo na ordem de 28,95% e o Bancário vem na sequência com 15,79%. Isso significa que 11 empresas do segmento de energia elétrica participam do ISE e 6 Instituições Bancárias. Portanto, em primeiro lugar, estão as Companhias que trabalham diretamente com os recursos naturais que são as Companhias Elétricas e, assim, nota-se que estão procurando meios de evidenciar a sua Responsabilidade Social.

O Gráfico 2, demonstra a localização das Sedes das Empresas Participantes da Carteira do ISE de 2011:

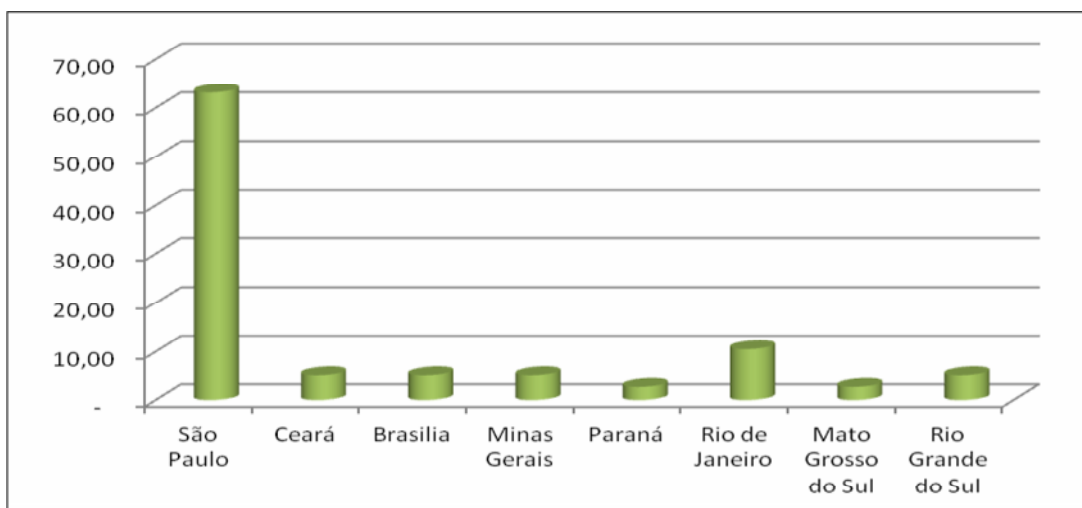


Gráfico 2: Relação de Estados participantes da Carteira ISE 2011

Fonte: Do autor

O Gráfico 2 evidencia onde estão localizadas as sedes da amostra selecionada e dessa forma possibilita conhecer como estão distribuídas as empresas no território nacional. O Estado de São Paulo é o mais representativo na amostra, tendo 24 empresas sediadas nessa região. Em seguida, aparece o Estado do Rio de Janeiro com 10,53%, representado por 4 empresas. Essa situação reflete que o eixo Rio e São Paulo está concentrando a quantidade maior de empresas participantes do ISE 2011.

Os segmentos participantes do Programa em Boa Companhia são descritos na Tabela 1.

Tabela 1: Segmentos participantes do Programa Em Boa Companhia

Ramos de Atividade	Qtd
Banco	5
Transporte de Cargas	1
Energia Elétrica	9
Petroquímicos	2
Bolsa de Valores	1
Alimentação	1
Distribuição de Gás	1
Mineração	1
Água e Esgoto	3
Concessionária Pública	2
Papel e Celulose	3

Processamento Meios Magnéticos	1
Imobiliária	1
Analises Clinicas	1
Fabricada de Embalagens	1
Fabrica de Moveis	1
Metalúrgica	2
Supermercado	1
Consultoria	1
Cosméticos	1
Serviços Médicos Odontológicos	1
Seguradora	1
Produtos Farmacêuticos	1
Administradora de Cartão	1
Operadora de Containers	1
Fumo	1
Aviação	1
Telefonia	1
Fabricação de Motores	2
Energia c/Cana	1

Fonte: Do autor

Os segmentos empresariais participantes do Programa em Boa Companhia de 2011, totalizaram 30 ramos de atividades, cabe ressaltar que a amostra contém 50 empresas, ou seja, mais da metade das empresas participantes do Programa são de ramos diferentes demonstrando uma grande variedade, com isso enriquecendo a amostra.

O principal segmento empresarial demonstrado na Tabela 1 e o ramo da Energia elétrica com 18% das organizações pertencentes a essa atividade. O Segundo colocado foi o segmento Bancário com 10%, na terceira posição encontra-se o da Água e Esgoto, na quarta posição o Petroquímico, fabricação de motores, metalúrgica, concessionária pública.

Já o restante dos ramos de atividade representam 2% cada um, ou seja, esses segmentos estão representados com apenas uma empresa participante.

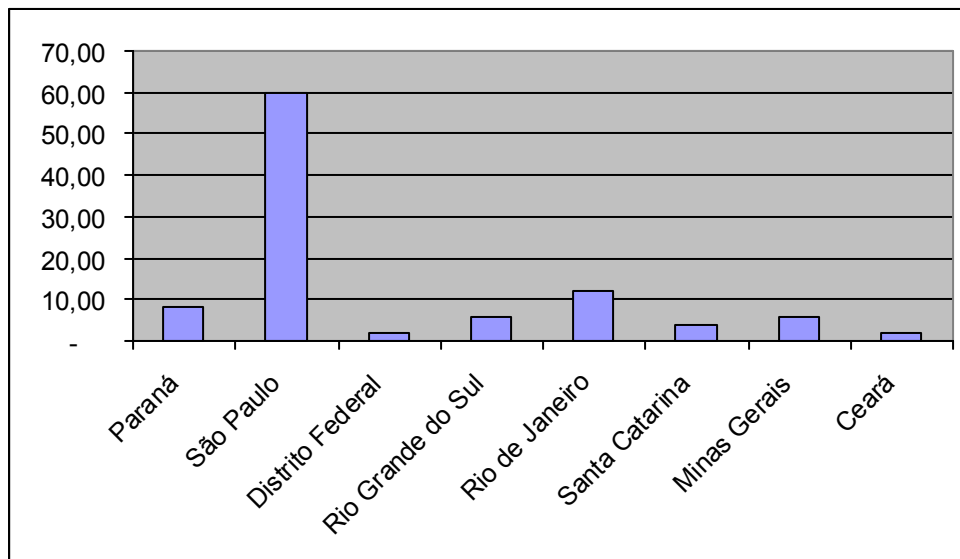


Gráfico 3: Relação de Estados participantes do Programa em Boa Companhia 2011
 Fonte: Do autor

O estado com a maior quantidade de empresas Participantes do Programa em Boa Companhia de 2011 da Bovespa foi o de São Paulo com 30 empresas representando 60% e o restante foi dividido entre sete estados diferentes sendo:

- a) Paraná : 4 empresas;
- b) Distrito Federal : 1 empresa;
- c) Rio Grande do Sul : 3 empresas;
- d) Rio de Janeiro : 6 empresas;
- e) Santa Catarina : 2 empresas;
- f) Minas Gerais : 3 empresas;
- g) Ceará : 1 empresa.

A seguir serão apresentados os gráficos 4 e 5 que descrevem quais Relatorios de Sustentabilidade são utilizados pelas empresas participantes da Carteira ISE e do Programa em Boa Companhia da Bovespa 2011.

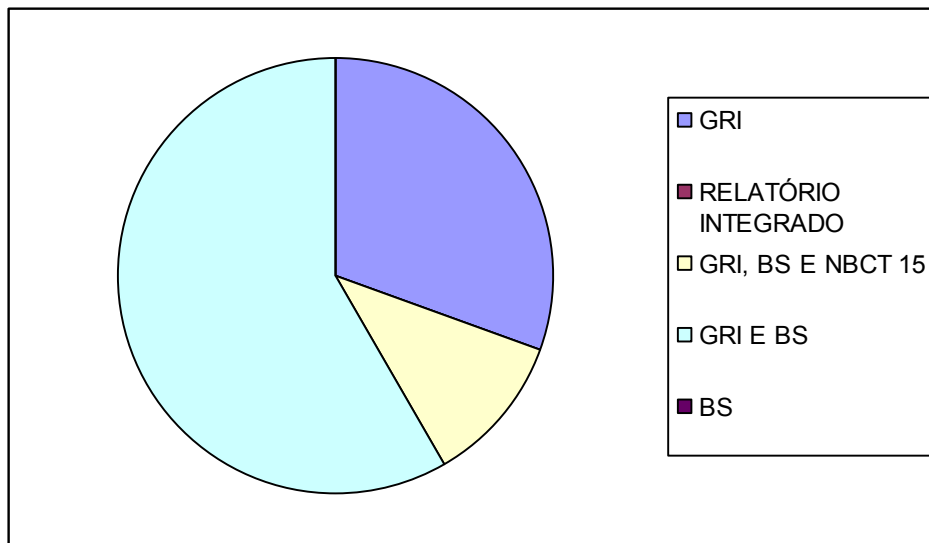


Gráfico 4: Relatórios de Sustentabilidade Utilizados pelas Empresas participantes da Carteira ISE 2011

Fonte: Do autor

Os relatórios da GRI e Balanço Social Modelo IBASE juntos são utilizados por 21 empresas representando 58,33%, somente o Relatório da *Global Reporting Initiative* é usado por 30,55% das organizações e a união dos Relatórios GRI, BS e NBCT 15 é usado por 11,11% das organizações.

Nenhuma companhia usou o Relatório Integrado, outro ponto a ser destacado é referente as empresas Gerdau e Gerdau Mat, as quais não se utilizaram dos Relatórios estudados nessa pesquisa para evidenciarem suas políticas voltadas para o meio ambiente.

As organizações participantes do Programa em Boa Companhia na sua grande maioria utilizam concomitantemente os Relatórios Socioambientais GRI e Balanço Social Modelo IBASE, ou seja, 17 empresas evidenciam as suas informações relativas ao lado social e ambiental utilizando esses relatórios.

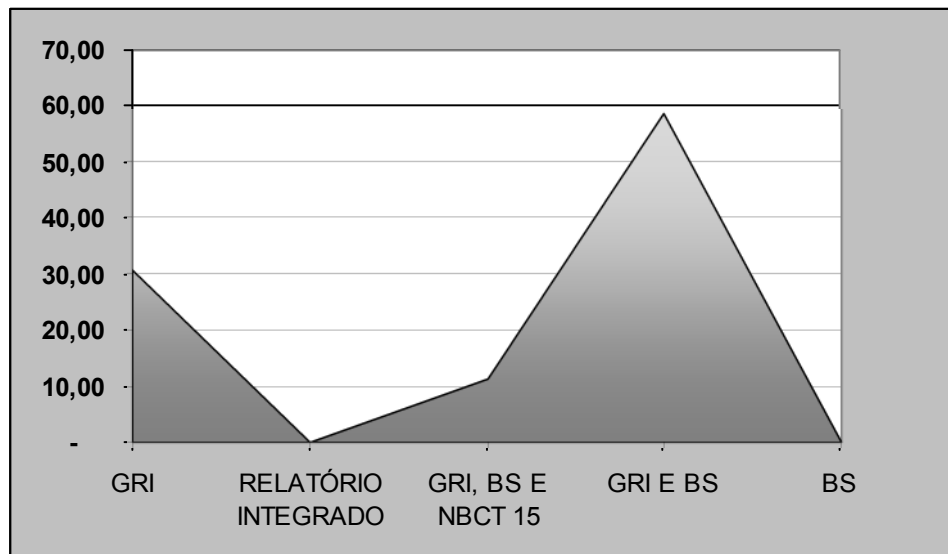


Gráfico 5: Relatórios de Sustentabilidade Utilizados pelas Empresas participantes do Programa em Boa Companhia 2011

Fonte: Do autor

Já 24% das companhias utilizam apenas o Relatório Socioambiental G3 criado pela *Global Reporting Initiative*, sendo o mesmo utilizado por diversas empresas ao redor do mundo.

A opção apenas pelo modelo de Balanço Social criado pelo IBASE para prestar contas sobre as questões socioambientais aos seus usuários foi de 14% das organizações que participaram do Programa em Boa Companhia da Bovespa 2011. A utilização do GRI, Balanço Social Modelo IBASE e as NBC T 15 (Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental) foi a opção de quatro empresas representando 8% do total pesquisado.

O Relatório Integrado não foi utilizado por nenhuma instituição pesquisada, esse fator pode ser em decorrência do processo de implantação que esse documento encontra-se no momento.

Outro fator a ser destacado foi que 20% das empresas do Programa em Boa Companhia não utilizaram nenhum dos modelos de Relatório Socioambientais estudados nesse estudo científico.

Em relação ao comportamento das organizações participantes da Carteira ISE e do Programa em Boa Companhia de 2011 da Bovespa, na evidenciação de informações sobre seus Custos Ambientais nos Relatórios de Sustentabilidade, os dados apresentados revelam que nenhuma informação sobre os Custos Ambientais

foram evidenciados pelas empresas. Participantes destes programas nos seus Relatórios Socioambientais estudados no período de 2003 a 2011. Constatou-se que os dados apresentados nesses documentos são apenas direcionados com políticas voltadas para preservação de futuros riscos ambientais e não representam ou não estão correlacionadas diretamente com a parte contábil da empresa, ou seja, não é possível fazer comparações entre o crescimento econômico versus o impacto desse desenvolvimento sobre o meio ambiente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo geral analisar as empresas participantes da Carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Programa Em Boa Companhia da Bovespa de 2011, com a intenção de verificar se as empresas utilizam-se dos demonstrativos contábeis e relatórios de sustentabilidade, para evidenciar e mensurar os seus Custos Ambientais do período de 2003 a 2011, e também dando a oportunidade de conhecer se a contabilidade com seus demonstrativos está conseguindo ajudar a suprir a carência das organizações no processo de prestação de contas de sua política ambiental e social aos seus *stakeholders*.

Os resultados obtidos demonstraram que as Companhias estudadas não se utilizam das Demonstrações Contábeis para evidenciar informações ambientais. Esse fato pode ser consequência dos demonstrativos disponibilizados pela contabilidade não contemplarem de forma clara e objetiva esse tipo de situação, mesmo com a existência NBC T 15 que trata sobre informações de Natureza Social e Ambiental, a qual incentiva a divulgação da Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, para evidenciar os dados e as informações de natureza social e ambiental da entidade, extraídos ou não da contabilidade.

Participaram da Carteira do ISE de 2011, 38 empresas de 17 segmentos empresariais diferentes, as quais tem sede em sete Estados brasileiros.

Em relação ao Programa Em Boa Companhia de 2011 participaram 50 organizações de 30 ramos de atividade, as quais tem sede em 8 Estados brasileiros, cabe ressaltar que 20 empresas participantes do Em Boa Companhia também tem suas ações negociadas no ISE de 2011, demonstrando que essas instituições estão

tentando varias opções para evidenciar a Responsabilidade Social paea seus stakeholders.

Outro objetivo proposto nessa pesquisa, foi verificar quais empresas liberaram as respostas do Questionário Aplicado pela Bovespa para participar da Carteira ISE ao público externo, visto que um dos critérios para participar da Carteira do ISE é responder o questionário que visa mensurar a sustentabilidade das organizações participantes. Nesse ponto, os resultados encontrados demonstraram que somente 8 empresas autorizaram a divulgação das respostas, ou seja, 21,05% da amostra.

Nota-se por este estudo que os demonstrativos contábeis, de modo geral, não evidenciam de forma clara aspectos relacionados aos custos ambientais, o que promove uma lacuna a ser preenchida, principalmente pelos relatórios de Sustentabilidade elaborados pelas companhias.

Os profissionais da Contabilidade, bem como as normas reguladoras, precisam procurar alternativas para evidenciar e mensurar os custos ambientais nos demonstrativos contábeis existentes, dessa maneira contribuindo ainda mais para a transparência empresarial frente aos seus usuários.

DISCLOSURE OF INFORMATION AND ENVIRONMENTAL COSTS: A STUDY OF PORTFOLIO COMPANIES PARTICIPATING IN THE CORPORATE SUSTAINABILITY INDEX (ISE) AND PROGRAM IN GOOD COMPANY BOVESPA

ABSTRACT

In the process of developing business and care about environmental issues, accounting can contribute to the organization as a source of information, because collecting, records, measures and analyzes all information about the company's relationship with society, as the economic, social and ecological. The panorama presented due to these social and cultural transformations drives the accounting professionals to work more participatory in matters related to environmental and social issues in the execution of their accounting services. Accordingly, the general

objective of this study is to analyze whether the companies participating in the Portfolio of Corporate Sustainability Index (ISE) and the Programme in Good Company Bovespa, 2011, we use the statements provided by the accounting information to highlight and environmental costs, the period 2003 to 2011. In terms of methodology is a descriptive study, documentary, with data obtained by survey. It is noted in this study that the financial statements, generally do not show clearly aspects related to environmental costs, which promotes a gap to be filled mainly by sustainability reports produced by companies. Accounting professionals, as well as regulatory standards, must seek alternatives to evidence and measure environmental costs in existing financial statements, thus further contributing to the transparency front of their business users.

Keywords: Environmental costs. Social responsibility. Corporate sustainability index. Program in Good Company.

REFERÊNCIAS

AES TIETÊ S/A. Site institucional. Disponível em: <<http://www.aestiete.com.br/Paginas/default.aspx> > Acesso em 31 jul 2012.

ALL. Site institucional. Disponível em: <http://www.all-logistica.com/port/index.htm> . Acesso em 06 nov 2012.

ALMEIDA, F.; SOBRAL, F. A Influência dos Valores Culturais na Responsabilidade Social das Empresas: Um Estudo Empírico Sobre a Atitude dos Gestores Brasileiros. Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão, Portugal. Pt, Jul / Set 2007.

ALMIGHTY, Janus. The MBS Chronicles: Sustainability, Business & Society. Disponível em: <<http://janusalmighty.wordpress.com/tag/elkington/>>. Acesso em 17 jul 2012.

ALVARENGA, Darlan. Gro Harlem Brundtland: Para 'criadora', desenvolvimento sustentável ainda é conceito válido. Disponível em: <<http://www.mundosustentavel.com.br/2012/06/gro-harlem-brundtland-para-criadora-desenvolvimento-sustentavel-ainda-e-conceito-valido/>>. Acesso em 17 jul 2012.

ANHANGUERA S/A. Site institucional. Disponível em: <<http://www.anhanguera.com/landing-page/>>. Acesso em 31 jul 2012.

ASHLEY, P. A. (Coord.). Ética e Responsabilidade Social nos Negócios. São Paulo: Saraiva, 2002.

Arnosti, J. C. M. Balanço Social: Em busca da Empresa Cidadã. In: Congresso Brasileiro de Contabilidade. Anais.... Goiânia, GO, Brasil, 2000.

BANRISUL. Site institucional. Disponível em: <<http://www.banrisul.com.br/>> . Acesso em 06 nov 2012.

BASSETTO, L. I. A incorporação da Responsabilidade Social e Sustentabilidade: Um estudo Baseado no Relatório de Gestão 2005 da Companhia Paranaense de Energia – COPEL. Revista Gestão Prod., v. 17, n.3, p. 639-651, São Carlos, 2010.

BEUREN, Ilse Maria (org). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e pratica. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BICBANCO S/A. Site institucional. Disponível em: <<http://www.bicbanco.com.br/bicbanco/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>> Acesso em 31 jul 2012.

BANCO BRADESCO S/A. Site institucional. Disponível em: <<http://www.bradesco.com.br/>>. Acesso em 31 jul 2012.

BANCO DO BRASIL S/A. Site institucional. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portalbb/home29,116,116,1,1,1,1.bb>>. Acesso em 31 jul 2012.

BOVESPA. Site institucional. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br> > . Acesso em 06 nov 2012.

BRASIL. Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, da Lei 6.385, de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas á elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2007/11638.htm > Acesso em 07 mai 2012.

BRASKEM S/A. Site institucional. Disponível em: < <http://www.braskem.com.br/> > Acesso em 31 jul 2012.

BRF BRASIL FOODS S/A. Site institucional. Disponível em: < <http://www.brazilfoods.com/> > Acesso em 31 jul 2012.

CARVALHO, J. R. M. de; DUTRA, É. M. A.; CARVALHO, E. K. M. de A.; CURI, W. F.; CURI, R. C.. Práticas de Responsabilidade Social: Um estudo nas Indústrias do Município de Sousa, PB. Revista Ambiente Contábil, v.3 n.2, p. 1-16, Natal, 2011.

CATAGUAZES LEOPOLDINA. Site institucional. Disponível em: <<http://www.grupoenergisa.com.br/grupoenergisa/Grupo%20energisa/Historia.aspx>>. Acesso em 06 nov 2012.

CCR. Site institucional. Disponível em: < <http://www.grupoccr.com.br/>>. Acesso em 31 jul 2012.

CELESC. Site institucional. Disponível em: <<http://novoportal.celesc.com.br/portal/>> . Acesso em 06 nov 2012.

CELULOSE IRANI. Site institucional. Disponível em:< <http://www.irani.com.br/> > . Acesso em 06 nov 2012.

CEMIG S/A. Site institucional. Disponível em: <
<http://www.cemig.com.br/Paginas/Default.aspx>> Acesso em 31 jul 2012.

CESP S/A. Site institucional. Disponível em: <
<http://www.cesp.com.br/portalCesp/portal.nsf/V03.02/Index?OpenDocument>>.
Acesso em 31 jul 2012.

COELCE S/A. Site institucional. Disponível em: <
<https://www.coelce.com.br/default.aspx>
>. Acesso em 31 jul 2012.

COPASA S/A. Site institucional. Disponível em: <
<http://www.copasa.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>>. Acesso em 31 jul
2012.

COPEL S/A. Site institucional. Disponível em: <
<http://www.copel.com/hpcopel/root/index.jsp>>. Acesso em 31 jul 2012.

COMGÁS. Site institucional. Disponível em: <<http://www.comgas.com.br/>>. Acesso
em 06 nov 2012.

COSAN. Site institucional. Disponível em: <<http://www.cosan.com.br/Cosan> >.
Acesso em 06 nov 2012.

CYRELLA BRASIL. Site institucional. Disponível em: <<http://www.cyrela.com.br/sp> >.
Acesso em 06 nov 2012.

CPFL ENERGIA S/A. Site institucional. Disponível em: < <http://www.cpfl.com.br/>>
Acesso em 31 jul 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Site institucional. Disponível em: <
<http://www.cfc.org.br/> > Acesso em 07 mai 2012.

CSU CADSYSTEM. Site institucional. Disponível em: <<http://www.csu.com.br/Site2009/pt-br/CSU-CARDSYSTEM/18/CSU-CARDSYSTEM.aspx>> . Acesso em 06 nov 2012.

DIAG. AMERICA. Site institucional. Disponível em: <<http://www.dasa.com.br/>> . Acesso em 06 nov 2012.

DIXIE TOGA. Site institucional. Disponível em: <<http://www.dixietoga.com.br/default.aspx>> . Acesso em 06 nov 2012.

DURÁN, O.; PULGLIA, V. B. Scarecard Ambiental: Monitoração dos Custos Ambientais Através da WEB. Ingeniare. Revista Chilena de Ingeniería, v. 15 nº 3, p. 291-301, 2007.

DURATEX S/A. Site institucional. Disponível em: <<http://www.duratex.com.br/pt/Default.aspx>>. Acesso em 31 jul 2012.

DUKE. Site institucional. Disponível em: <<http://www.duke-energy.com.br/home.asp>> . Acesso em 06 nov 2012.

DRUCKMAN, Paul. INTEGRATED REPORTING (IR). Disponivel em: <<http://www.theiirc.org/2011/03/22/paul-druckman/>> . Acesso em 01 dez 2012.

ECORODOVIAS. Site institucional. Disponível em: <<http://www.ecorodovias.com.br/>> Acesso em 31 jul 2012.

EDP. Site institucional. Disponível em: <<http://www.escelsa.com.br/energia/index.asp>> . Acesso em 06 nov 2012.

ELETROBRAS. Site institucional. Disponível em: <<http://www.eletrabras.com/elb/data/Pages/LUMIS293E16C4PTBRIE.htm>> Acesso em 31 jul 2012.

ELETROPAULO. Site institucional. Disponível em: < <http://www.aeseletropaulo.com.br/Paginas/default.aspx>> Acesso em 31 jul 2012.

ELKINGTON, J. Canibals With Forks: The Triple Borron Line of 21st Century Business (The Conscientious Commerce series). Paperback, September, 1998.

EMBRAER. Site institucional. Disponível em: < <http://www.embraer.com/pt-BR/Paginas/Home.aspx>> Acesso em 31 jul 2012.

ENERGIAS BRASIL. Site institucional. Disponível em: < <http://www.energiasdobrasil.com.br/energia/> > Acesso em 31 jul 2012.

ENTROPIALIVE. Disponível em: < <http://www.entropialivre.com.br/2010/08/o-que-e-triple-bottom-line.html>> .Acesso em 18 jul 2012.

EVEN. Site institucional. Disponível em: < <http://www.even.com.br/> > Acesso em 31 jul 2012.

FARONI, W.; SILVEIRA, S. de F. R.; MAGALHÃES, E. A. de; MAGALHÃES, E. M. de. A Contabilidade Ambiental em Empresas Certificadas pelas Normas ISSO 14001 na Região Metropolitana Belo Horizonte – MG. Revista *Árvore*, v. 34, n.6, p.1119-1128, Viçosa, 2010.

FERNANDES, J. W. N. Do Encantamento dos Números à Realidade dos Fatos: Conciliação Entre os Balanços Patrimonial e Social da Alunorte, 2010. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil, 2010.

FENKER, E. A.; DIEHL, C. A.; ALVES, T. W. Desenvolvimento e Avaliação de Instrumento de Pesquisa sobre Risco e Custo Ambiental. Revista de Contabilidade de Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online), v.16, n.2, p.30-p49, Rio de Janeiro, maio/ago, 2011.

FIBRIA S/A. Site institucional. Disponível em: <<http://www.fibria.com.br/pt/>> Acesso em 31 jul 2012.

FONSECA, A. M.; SPECHT, J. R. M.; ANDRADE, J. C. de O. S. de.; OKAZAKI, T. M. S. Os *Indicadores do Desenvolvimento Sustentavel* para a Formulação de políticas na Visão do Estado, Sociedade Civil e Empresas Privadas: Complementares ou Anagônicos?, 2012. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/.../pdf_indicadores/indicadores_01.pdf>. Acesso em: 23 jul 2012.

FURAZO, A. M. Contabilidade: Ciência ou Técnica. Revista Digital de Pesquisa CONQUER, v. 2, Bahia, 2007.

GASPARINO, M.F. Análise de Relatórios de Sustentabilidade, com Ênfase na GRI: Comparação entre Empresas do Setor de Papel e Celulose dos Estados Unidos e Brasil. IN: EnAnpad, XXX, 2006, Salvador/BA. Anais... EnAnpad, 2006.

GUERDAU S/A. Site institucional. Disponível em: <<http://www.gerdau.com.br/>> Acesso em 31 jul 2012.

GRUPO PÃO DE AÇUCAR. Site institucional. Disponível em: <<http://www.grupopaodeacucar.com.br/home.htm>> . Acesso em 06 nov 2012.

GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HANSEN, D. R.; MOWEN, Maryane M. Gestão de Custos Contabilidade e Controle. 1. ed., São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

INVEPAR. Site institucional. Disponível em: <<http://www.invepar.com.br/>> . Acesso em 06 nov 2012.

IIRC, INTEGRATED REPORTING. Disponível em : <<http://www.theiirc.org/>>. Acesso em 01 dez 2012.

ITAÚ S/A. Site institucional. Disponível em: <<http://www.itau.com.br/index.htm>>
Acesso em 31 jul 2012.

KLABIN. Site institucional. Disponível em: <<http://www.klabin.com.br/pt-br/home/default.aspx>> . Acesso em 06 nov 2012.

KRAEMER, M. E. P. Contabilidade Ambiental o Passaporte para Competitividade. Revista CRCSC, v.1, n.1, p. 15-40, Florianópolis, 2001.

LAGES, R. T. da S.; LAGES, R. T. da S.; FRANÇA, S. L. B. Indicadores de desempenho com o conceito do Triple Bottom Line e a Metodologia do Balanced Scorecard. Anais... In: Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 6, Niterói, 2010

LIGHT S/A. Site institucional. Disponível em:
<<http://www.light.com.br/web/tehome.asp>
> Acesso em 31 jul 2012.

LUNELLI, Reinaldo Luiz. Portal de Contabilidade. Disponível em:
<<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/demonstracaoresultadoabrange>
nte.htm>.
Acesso em 01 dez 2012.

MAHLE METAL LEVE. Site institucional. Disponível em:
<http://www.br.mahle.com/MAHLE_South_America/PT/Home_PT> . Acesso em 06
nov 2012.

MITCHELL, M.; CURTIS, A.; DAVIDSON, P. Evaluating The Process Of Triple Botton Line Reporting: Increasing The Potential For Change. Local Environment. V. 13, n. 2, 67-80, 2008. Disponível em:
<http://www.periodicos.capes.gov.br/ez40.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_phome>. Acesso em 18 mai 2012.

NATURA COSMÉTICOS S/A. Site institucional. Disponível em: < <http://www.natura.net/br/index.html> > Acesso em 31 jul 2012.

ODONTOPREV. Site institucional. Disponível em: <<http://www2.odontoprev.com.br/home/portugues/index.xhtml> > . Acesso em 06 nov 2012.

OHL BRASIL. Site institucional. Disponível em: <<http://www.ohlbrasil.com.br/>> . Acesso em 06 nov 2012.

PADOVEZE, C. L. Contabilidade Gerencial: Um enfoque em sistema de informação contábil. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

PARANÁ BANCO. Site institucional. Disponível em: <<http://www.paranabanco.b.br/Paginas/home.aspx>> . Acesso em 06 nov 2012.

PORTAL IBASE. Site institucional. Disponível em: < <http://www.ibase.br/> > Acesso em 20 fevereiro 2012.

PROFARMA. Site institucional. Disponível em: <<http://www.profarma.com.br/> > . Acesso em 06 nov 2012.

REDECARD. Site institucional. Disponível em: < <http://www.redecard.com.br/pt-BR/Paginas/default.aspx> > Acesso em 31 jul 2012.

RIBEIRO, R. B.; ARAÚJO, A. O.; TAVARES, A. de L.; CRYSTALINO, C. M. Impacto da Não-Preservação Ambiental no Resultado de Uma Indústria Têxtil da Região Metropolitana de Natal. Revista Universo Contábil , v.6, n.3, p. 80-95, Blumenau, 2010.

RIBEIRO, S. R. de M.; SOUZA, W. J. de. Visões e Perspectivas de Empresários do Segmento Industrial do Rio Grande do Norte Acerca da Responsabilidade Social. Revista Alcance – Eletrônica, v. 18, p. 387-400, Edição Especial, 2011.

ROBLES JÚNIOR, A. Custo da Qualidade: aspectos econômicos da gestão da qualidade e da gestão ambiental. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ROSSATO, M. V.; TRINDADE, L. de L.; BRONDANI, G. Custos Ambientais: Um Enfoque para a Sua Identificação, Reconhecimento e Evidenciação. Revista Eletrônica de Contabilidade do Curso de Ciências Contábeis UFSM, 2006.

SABESP . Site institucional. Disponível em:
<<http://site.sabesp.com.br/site/default.aspx>
Acesso em 31 jul 2012.

SANEPAR. Site institucional. Disponível em: <<http://site.sanepar.com.br/> > . Acesso em 06 nov 2012.

SANTANDER S/A. Site institucional. Disponível em:
<<http://www.santander.com.br/portal/wps/script/templates/GCMRequest.do?page=6140&entryID=6309&gclid=CKD61sP5xLECFQ-c7QodlGoAxw>> . Acesso em 31 jul 2012.

SILVA, A. C. R. da. Metodologia pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, J. O. da; CUNHA, P. R. da; KLANN, R. C.; SCARPIN, J. E. Evidenciação dos Custos Ambientais nas Empresas que Compõem o índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Revista Contemporânea de Contabilidade. V.7, nº 14, p. 159-182, Florianópolis, jul/dez/2010.

SILVA, P.R.S. de. Avaliação de impactos e custos ambientais em processos industriais: uma abordagem metodológica. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

SOUZA CRUZ. Site institucional. Disponível em: <<http://www.souzacruz.com.br/>> . Acesso em 06 nov 2012.

SULAMÉRICA S/A. Site institucional. Disponível em: <<http://portal.sulamericaseguros.com.br/data/pages/FF8080811880059D01188006035A0074.htm>> . Acesso em 31 jul 2012.

SUZANO PAPEL S/A. Site institucional. Disponível em: <<http://www.suzano.com.br/portal/grupo-suzano.htm>> . Acesso em 31 jul 2012.

SWINDLER, A. Triple Bottom Line For Small Local Bussinesses – You Can Make It Work. Disponível em: <<http://www.astekblog.com/index.php/general/triple-bottom-line-for-small-local-businesses-you-can-make-it-work/>>. Acesso em: 17 jul 2012.

TAM. Site institucional. Disponível em: <http://www.tam.com.br/b2c/vgn/jsp/indexNH.jsp?v-locale=pt_BR?v-pais=BR> . Acesso em 06 nov 2012.

TELEFÔNICA E VIVO. Site institucional. Disponível em: <<http://www.telefonica.com.br/landing/telefonica.html>> . Acesso em 06 nov 2012.

TELEMAR S/A. Site institucional. Disponível em: <<http://www.teleco.com.br/operadoras/telemar.asp>> . Acesso em 31 jul 2012

TIM PART S/A. Site institucional. Disponível em: <http://www.tim.com.br/portal/site/PortalWeb/menuitem.06243559e24e67a19a132910703016a0?wfe_url_requested=%2Fportal%2Fsite%2FPortalWeb%2Fmenuitem.661ec82b34ee3a93b5508210703016a0%2F%3Fvgnnextoid%3Db2ed14653e2fa010VgnVCM1000000603610aRCRD%26gclid%3DCNCJmPn5xLECFQW0nQodJRkA4Q> . Acesso em 31 jul 2012.

TORRES, C. Balanço Social. Disponível em < <http://www.balançosocial.org.br> >. Acesso em 21 de maio de 2012.

TRACTEBEL S/A. Site institucional. Disponível em: <http://portal.tractebelenergia.com.br/wps/portal/intranet/portalextpro!ut/p/b1/04_Sj9CPykssy0xPLMnMz0vMAfGjzOIdjQy8nZwMHQ0MjD1dDTx9XJ3MvVy8jIFc_YJsR0UAKfmhzw!!/> . Acesso em 31 jul 2012.

ULTRAPAR S/A. Site institucional. Disponível em: <<http://www.ultra.com.br/Ultra/>>. Acesso em 31 jul 2012.

WEG. Site institucional. Disponível em: <<http://www.weg.net/br> > . Acesso em 06 nov 2012.

VALE. Site institucional. Disponível em: <<http://www.vale.com/pt-br/Paginas/default.aspx>> . Acesso em 31 jul 2012.

ZILBER, S. N.; CARUZZO, M.; CAMPANÁRIO, M. de A. Uso de Contabilidade Ambiental e seus Reflexos nos Resultados das Empresas. Revista Alcance – Eletrônica. v. 18, n.1, p. 24-42, jan/mar 2011.